



ACÓRDÃO Nº1722/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11322/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Anori
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Sr. Jose Alves Roberto (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias – OAB//AM 4.697
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5.498/2022-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator em substituição:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Anori. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação. Ciência. Arquivamento.*

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Alípio Reis Firmo Filho, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Anori, de responsabilidade do **Sr. Jose Alves Roberto**, na condição de Vereador-Presidente e Ordenador de Despesa, referente ao exercício de 2019, em razão das restrições apontadas pela Comissão de Inspeção, e não totalmente sanadas, ressaltando-se ainda, que nenhuma das restrições tem potencial lesivo ao Erário, com fundamento no art. 22, II e da Lei nº 2423/96;
- 11.2. **Dar quitação** ao **Sr. Jose Alves Roberto**, de conformidade com os arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 02/2002 RITCE-AM;
- 11.3. **Determinar Recomendação** à origem, nos termos do Art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM, no sentido de:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1722/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

11.3.1 proceder à criação de uma Procuradoria Jurídica para salvaguardar os interesses do Legislativo Municipal;

11.3.2 manter esforços no sentido da manutenção do Portal de Transparência atualizado em tempo real, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000; e

11.3.3 atentar a todas as regras contidas na Lei 8666/93, quanto à autuação dos Processos Licitatórios.

11.4. Dar ciência ao Sr. Jose Alves Roberto, bem como à advogada da viúva do gestor falecido, sobre o teor desta Decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

11.5. Arquivar o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

12- Ata: 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 4 de Outubro de 2022.

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

1- Auditor presente e Relator, em substituição: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

2- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator, em substituição

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral